

**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL -
REGIÃO DO RIO DE JANEIRO**

Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial

Demonstração dos Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores da

União dos Escoteiros do Brasil - Região do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **União dos Escoteiros do Brasil - Região do Rio de Janeiro** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **União dos Escoteiros do Brasil - Região do Rio de Janeiro** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, e apresentamos relatório com abstenção de opinião, datado de 19 de março de 2018, pelo que não podemos determinar os possíveis impactos que teriam, caso estas demonstrações tivessem sido examinadas, nas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Não há controle individual dos bens que compõem o ativo imobilizado da UEB-RJ, bem como não nos foi possível, através de outros procedimentos de auditoria, nos certificarmos quanto a adequação dos valores apresentados. Pelo exposto, não podemos opinar sobre a adequação do saldo do ativo permanente em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Foram efetuados ajustes de exercícios anteriores, no patrimônio social, a débito e a crédito, no montante líquido de R\$403.918,07 (devedor) em 31 de dezembro de 2018, relativos a lançamentos efetuados pela UEB Nacional no balanço da UEB-RJ, no exercício 2017, nas contas de estoques, transferências de numerários e Transferências de vendas/recebimentos, de forma a ajustar o balanço da regional, em 31 de dezembro de 2018, em consonância com as observações constantes no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019

MANDARINO & ASSOCIADOS AUDITORES
CRC-RJ 003812

Humberto da Silva Mandarino
CONTADOR - CRC-RJ 62.074/O-7

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL – REGIÃO DO RIO DE JANEIRO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

1 - Contexto Operacional

A União dos Escoteiros do Brasil – Região do Rio de Janeiro foi fundada em 05/11/1975, sendo subordinada ao Escritório Nacional, com Sede em Curitiba, fundada no Brasil em 04 de Novembro de 1924, é uma Sociedade Civil por tempo indeterminado, com personalidade jurídica e patrimônio próprio. É reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 3.297, de 11/07/1917, reiterada pelo Decreto nº 5.497, de 23/07/1928, como Instituição de Educação Extra-Escolar e Órgão Máximo do Escotismo Brasileiro pelo Decreto-Lei nº 8.828, de 24/01/1946, e de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 7.014, de 17/01/91. Também reconhecida de utilidade pública Municipal por diversos municípios.

Registrada no Cadastro de Entidades com Fins Filantrópicos (CFC/CEFF) e no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e tem como objetivo permanente a assistência social através de beneficência, sem qualquer discriminação, inclusive de raça, nacionalidade, credo religioso ou ideologia política e o auxílio mútuo e o desenvolvimento cultural e social dos seus associados.

Imunidade Tributária

A UEB, na condição de *Instituição de Educação Extra-Escolar* sem fins lucrativos, goza da imunidade de tributos e contribuições sociais no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, de acordo com os artigos 150 e 195 da Constituição Federal, respectivamente.

Isenção Tributária

A UEB, por deter Certificado de Entidade Filantrópica e de Utilidade Pública, está isenta do pagamento das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Cota Patronal, bem como das demais contribuições, com finalidades sociais, incidentes sobre seu Superávit ou faturamento.

**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL –
REGIÃO DO RIO DE JANEIRO**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em reais)

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

A UEB adota o regime de competência, onde as despesas e os custos são atribuídos aos períodos em que ocorrem os fatos.

3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Receitas

As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa.

b. Estoques

Os estoques estão avaliados pelo último custo de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo efetuado um ajuste no momento da elaboração do Balanço.

c. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo original de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

d. Fornecedores de Mercadorias

Registra valores a pagar em até 60 dias a Fornecedores de Mercadorias para Loja.

e. Encargos Sociais e Impostos e Contribuições a Recolher

Registra valores de impostos e contribuições retidos de terceiros, referentes a prestação de serviços, bem como os encargos incidentes sobre a folha de pagamento.

**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL –
REGIÃO DO RIO DE JANEIRO**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em reais)

4 – Bancos - Contas Correntes

	2018	2017
Banco Itaú	10,00	10,00
Banco do Brasil	116,67	1.003,77
CEF	1.827,69	3.701,95
Banco Santander – c/c 13-000585	53.400,51	732,25
	<u>55.354,87</u>	<u>5.447,97</u>

5 – Bancos – Aplicações Financeiras

	2018	2017
Banco Itaú - CDB	143,55	1.135,40
Banco Itaú – Aplic Auto Mais	1.316,00	1.030,80
Fundo de Aplicação - RJ	0,00	0,00
Banco Santander – Poupança	5.524,98	120.000,00
	<u>6.984,53</u>	<u>122.166,20</u>

6 – Clientes

	2018	2017
Valores a Receber – Maracanã(*)	8.548,96	-
Outros	0,00	76.316,16
	<u>8.548,96</u>	<u>76.316,16</u>

(*)A União dos Escoteiros do Brasil – Região do Rio de Janeiro, a partir do Decreto Lei n 33 – Art.1 , III da Alínea A, de 13 de junho de 1969, que dispõe sobre as condições de uso do Estádio Mário Filho, passou a receber em forma de subvenção 1% (um por cento) da renda líquida de todos os jogos da Administração do Estádio, de responsabilidade do então Governo do Estado da Guanabara. Pela Lei Complementar n 20, de 01 de julho de 1974, durante a presidência do General Ernesto Geisel, decidiu-se realizar a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975, mantendo a denominação de Estado do Rio de Janeiro, voltando-se à situação territorial de antes da criação do Município neutro, com a cidade do Rio também voltando a ser a capital fluminense.

**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL –
REGIÃO DO RIO DE JANEIRO**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em reais)

Em janeiro de 2001, a Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro – SUDERJ e a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro – FERJ, assinaram um convênio no qual a primeira passa para a segunda a responsabilidade pelo repasse das receitas que caberiam aos consignatários, neste caso, a União dos Escoteiros.

Em 23 de setembro de 2010 a UEB recebeu o último repasse da FERJ, antes das obras do Estádio. Por exigência da CBF e da FIFA, o Maracanã foi fechado para dar início às obras de recuperação e modernização, visando a Copa do Mundo de 2014. Esta decisão atingiu a UEB, causando impacto direto na saúde financeira da Instituição, que buscou alternativas, criando projetos direcionados às empresas privadas e aos poderes Públicos Estadual e Municipal.

A partir do segundo semestre de 2013, com a reabertura do Maracanã, a UEB voltou a obter as receitas em referência.

7 – Imobilizado

	2018	2017
Imóveis	502.881,50	502.881,50
Máquinas e Equipamentos	69.264,08	63.171,58
Móveis e Utensílios	49.040,46	49.040,46
Computadores e Periféricos	74.713,55	71.265,61
Instalações	29.538,46	29.538,46
Direito – Uso de software	1.000,00	1.000,00
Veículos Aquáticos	33.883,03	33.883,03
Veículos	30.000,00	91.433,00
Vagas de garagem	7.500,00	7.500,00
	<hr/>	<hr/>
	797.821,08	849.713,64
 Depreciação acumulada	 (462.998,30)	 (460.273,18)
 Aparelhos Telefônicos	 30.815,07	 30.815,07
	<hr/>	<hr/>
	365.637,85	420.255,53